

prejuízo da advertência assinalada no corpo do voto do Relator, inserido aos autos.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Fomense Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE E RELATOR

A C Ó R D Ã O

RECURSO ORDINÁRIO

TC-020570.989.21-0 (ref. TC-000418.989.21-6)

Recorrente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto – SAAE Salto.

Assunto: Contrato entre o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto – SAAE Salto e o Centro Eletrônico Bancário Industrial Ltda. – Cebi, objetivando o fornecimento de licença de uso de programas de computador (softwares) e serviços, no valor de R\$346.022,40.

Responsável: Pêrsio Augusto de Paula (Superintendente do SAAE Salto).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 16-09-21, na parte que julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 Uefeps ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Beatriz Neme Ansaiah (OAB/SP nº 242.274), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845) e outros.

Fiscalização atual: UR-9.

TC-020572.989.21-8 (ref. TC-000418.989.21-6)

Recorrente: Pêrsio Augusto de Paula – Ex-Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto – SAAE Salto.

Assunto: Contrato entre o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto – SAAE Salto e o Centro Eletrônico Bancário Industrial Ltda. – Cebi, objetivando o fornecimento de licença de uso de programas de computador (softwares) e serviços, no valor de R\$346.022,40.

Responsável: Pêrsio Augusto de Paula (Superintendente do SAAE Salto).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 16-09-21, na parte que julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 Uefeps ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Cássia de Carvalho Fernandes (OAB/SP nº 316.679), Beatriz Neme Ansaiah (OAB/SP nº 242.274), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845) e outros.

Fiscalização atual: UR-9.

TC-020645.989.21-1 (ref. TC-000418.989.21-6)

Recorrente: Centro Eletrônico Bancário Industrial Ltda. – Cebi.

Assunto: Contrato entre o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto – SAAE Salto e o Centro Eletrônico Bancário Industrial Ltda. – Cebi, objetivando o fornecimento de licença de uso de programas de computador (softwares) e serviços, no valor de R\$346.022,40.

Responsável: Pêrsio Augusto de Paula (Superintendente do SAAE Salto).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 16-09-21, na parte que julgou irregulares a dispensa de licitação e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 Uefeps ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Miriam Athié (OAB/SP nº 79.338), Lucas Passos Vieira da Costa (OAB/SP nº 425.364), Beatriz Neme Ansaiah (OAB/SP nº 242.274), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845) e outros.

Fiscalização atual: UR-9.

EMENTA: RECURSOS ORDINÁRIOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR (SOFTWARE) E SERVIÇOS. EMERGENCIALIDADE NÃO CARACTERIZADA. CANCELAMENTO DA MULTA. PROVIMENTO PARCIAL.

É da Administração o ônus pela escolha elaboração de seus editais, não sendo admitido que realize contratações emergenciais em decorrência da paralisação de certames para análise de sua regularidade no âmbito judicial ou do controle externo.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antônio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues e Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, preliminarmente, conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar provimento aos Recursos constantes do TC-020570.989.21 e TC-020645.989.21, e dar provimento parcial ao Apelo objeto do TC-020572.989.21, para o fim exclusivo de cancelar a multa aplicada ao ex-Superintendente do SAAE, Senhor Pêrsio Augusto de Paula, mantendo-se integralmente a decisão hostilizada, nos demais aspectos.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 7 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO
PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
RELATOR

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-009465.989.22-6

Representante: Convida Refeições Ltda.

Representada: Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Assunto: Pregão presencial nº 13/2022, do tipo menor preço global, que tem por objeto a “prestação de serviços de preparo de alimentação escolar, destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, sem fornecimento de insumos (gêneros alimentícios), nas dependências das Unidades Escolares e Creches Municipais, com a disponibilização de mão de obra qualificada, incluindo a higienização, limpeza e conservação, fornecimento de produtos saneantes, materiais de limpeza e controle integrado de pragas da área de preparo e armazenagem da alimentação (cozinha e estoque)”.

Em Julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Priscila Conceição Gambale Vieira Matos (Prefeita)

Advogada cadastrada no e-TCPSP: Fernanda Besaglio Ruiz Ramos (OAB/SP nº 260.746)

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. PREPARO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. VEDAÇÃO A SUBCONTRATAÇÃO. EXIGÊNCIA DE LITERATURA TÉCNICA, LAUDOS, FICHAS E REGISTRO NA ANVISA. EM PATAMAR ACIMA DO RAZOÁVEL. IMPOSIÇÃO DE ITENS E DESCRIÇÕES IMPERTINENTES AO OBJETO. PROCEDÊNCIA.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 27 de abril de 2022, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator,

dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Robson Marinho e do Conselheiro-Substituto Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em considerar procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos da lei.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 27 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO
Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Relator

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-009190.989.22-8

Representante: Wagner Frumeto Galvão da Silva Junior

Representada: Prefeitura Municipal de Cubatão

Assunto: Concorrência nº 02/2021, do tipo menor preço global, que tem por objeto a “execução de urbanização do bairro Vila dos Pescadores, Etapa 1, no Município de Cubatão, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais”.

Em Julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Ademário da Silva Oliveira (Prefeito)

Subsistor do edital: Genaldo Antonio dos Santos (Secretário Municipal de Finanças)

Advogados cadastrados no e-TCPSP: Wagner Frumeto Galvão da Silva Junior (OAB/SP nº 328.825), Maurício Cramer Esteves (OAB/SP nº 142.288), Nara Nidia Vignetti Yonamine (OAB/SP nº 147.880), Rogério Molina de Oliveira (OAB/SP nº 156.107), Vera Denise Santana Azaña do Nascimento (OAB/SP nº 156.964), Marcelo Leme de Magalhães (OAB/SP nº 200.867), Wallan Pereira e Silva (OAB/SP nº 318.869) e Gilberto do Nascimento e Silva (OAB/SP nº 341.673)

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. URBANIZAÇÃO INCLUINDO MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS. INDEVIDA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM PARCELAS ESPECÍFICAS E SEM RELEVÂNCIA TÉCNICA E/OU FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NO PROJETO BÁSICO. IMPOSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL POR MEIO ELETRÔNICO E ENVIIO DE PROPOSTA POR VIA POSTAL. PROCEDÊNCIA.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 27 de abril de 2022, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Robson Marinho e do Conselheiro-Substituto Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em considerar procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos da lei.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 27 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO
Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Relator

ACORDÃOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

A C Ó R D Ã O

TC-007529.026/12

Recorrentes: Prefeitura Municipal de Caiçaras e Roberto Hamamoto – Ex-Prefeito do Município de Caiçaras.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Caiçaras e Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, objetivando a prestação de serviços de gestão integrada do sistema de iluminação pública do Município, consistente no gerenciamento, no cadastramento geo-referenciado e na respectiva informatização do parque de iluminação pública, bem como toda eficiência, em conformidade com o Projeto Básico, no valor de R\$7.847.279,24.

Responsável: Roberto Hamamoto (Prefeito).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos em face de acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 13-06-17, que julgou irregulares a concorrência e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 300 Uefeps ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Francisco Antonio Miranda Rodrigues (OAB/SP nº 113.591), Janaina de Souza Cantarelli (OAB/SP nº 199.191), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125), Flávia Maria Palaveri (OAB/SP nº 137.889), Priscila Reis Magalhães (OAB/BA nº 22.150), Camila Sampaio Pereira (OAB/BA nº 35.334), Felipe Paradella (OAB/SP nº 49.404), Victor Cardoso Pereira (OAB/BA nº 30.664) e outros.

Acórdão/BA: TC-002983/02618 e TC-028174/02616.

TC-039411/02611

Recorrentes: Prefeitura Municipal de Caiçaras e Roberto Hamamoto – Ex-Prefeito do Município de Caiçaras.

Assunto: Representação formulada por Procel Construções Elétricas Ltda., acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência nº 007/11, promovida pela Prefeitura Municipal de Caiçaras, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços no sistema de iluminação pública.

Responsável: Roberto Hamamoto (Prefeito).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos em face de acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 13-06-17, que julgou procedente a representação.

Advogados: Francisco Antonio Miranda Rodrigues (OAB/SP nº 113.591), Janaina de Souza Cantarelli (OAB/SP nº 199.191), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125), Flávia Maria Palaveri (OAB/SP nº 137.889), Osvaldo Corrêa Leite Filho (OAB/SP nº 57.580), Cléio Soares de Melo (OAB/SP nº 107.691) e outros.

EMENTA: RECURSOS ORDINÁRIOS. LICITAÇÃO. CONTRATO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. PROJETO BÁSICO INCOMPLETO. PREJUIZO À FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE PROVA DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADES ESPECÍFICAS AFRONTA À SÚMULA Nº 30. ORÇAMENTO DEFAZADO. IMPEDIMENTO À AFERIÇÃO DE COMPATIBILIDADE DOS VALORES CONTRATADOS COM OS PRATICADOS NO MERCADO. PENALIDADE PECUNIÁRIA. CARÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ. COMPETITIVIDADE NO CERTAME. POSSIBILIDADE DE CANCELAMENTO. DESPROVIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL.

O Egrégio Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 06 de abril de 2022, pelo voto do Conselheiro Substituto Josué Romero, Relator, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Robson Marinho, Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo, em preliminar, conheceu dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, negou provimento ao Recurso interposto pela PREFEITURA DE CAIÇARAS e deu provimento parcial ao Apelo manejado pelo Senhor ROBERTO HAMAMOTO, Ex-Prefeito de

Caiçaras, para o único fim de cancelar a multa que lhe fora aplicada, mantendo na íntegra a decisão que julgou irregulares a concorrência e o contrato firmado entre a PREFEITURA DE CAIÇARAS e CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A, e procedente a representação formulada por PROCEL CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Os processos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópia, independentemente de requerimento, no cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

Sala das Sessões, 06 de abril de 2022.

Dimas Ramalho – Presidente

Josué Romero – Relator

A C Ó R D Ã O

TC-000121/017/12

Recorrentes: Hugo César Lourenço – Prefeito do Município de Rifaína e Abraão Bisco Filho – Ex-Prefeito do Município de Rifaína.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Rifaína e Infrafônica Engenharia e Construções Ltda., objetivando a execução de obras e serviços de engenharia para a construção de 75 unidades habitacionais, no empreendimento denominado Rifaína “D”, no valor de R\$5.274.055,89.

Responsáveis: Hugo César Lourenço e Abraão Bisco Filho (Prefeitos).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto em face de acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 20-07-18, que julgou irregulares a concorrência, o contrato, os termos aditivos e a execução contratual, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Alessandra Carlos (OAB/SP nº 175.922), Washington Fernando Karam (OAB/SP nº 98.580) e outros.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. UNIDADES HABITACIONAIS. LICITAÇÃO ANTECIPADA DE GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO. EXIGÊNCIA DE PROVA DE REGULARIDADE DE TRIBUTOS INCOMPATÍVEIS COM O OBJETO. PROVIDÊNCIAS ATINENTES À INICIATIVA EXECUTADAS POR ENTE DIVERSO (CJHU). DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 60 DA LEI 4.320/64. TERMOS ADITIVOS. PRINCÍPIO DA ACESSORIEDADE. DESPROVIMENTO.

1. Previsão de recolhimento de garantia de participação em data anterior à reservada para sessão de entrega e abertura de envelopes anterior, indevidamente e sem amparo legal, por ausência afeta à fase de habilitação ao certame, possibilitando ainda prévio conhecimento do quadro de participantes.

2. Abrangência de tributos mobiliários e imobiliários para fins de prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal extrapola a necessária pertinência com o objeto lido.

O Egrégio Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 06 de abril de 2022, pelo voto do Conselheiro Substituto Josué Romero, Relator, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Robson Marinho, Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo, em preliminar, conheceu do Recurso Ordinário interposto por HUGO CÉSAR LOURENÇO e ABRAÃO BISCO FILHO e, quanto ao mérito, negou-lhe provimento, mantendo o v. Acórdão de fls. 1086.

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópia, independentemente de requerimento, no cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

Sala das Sessões, 06 de abril de 2022.

Dimas Ramalho – Presidente

Josué Romero – Relator

A C Ó R D Ã O

TC-000704/026/15

Recorrente: Mathheus Antonio Erlar – Ex-Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba.

Assunto: Contas Anuais da Câmara Municipal de Piracicaba, relativas ao exercício de 2015.

Responsável: Mathheus Antonio Erlar (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto em face de acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 06-03-20, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 23, inciso III, alínea “b”, e § 1º, da Lei Complementar nº 709/93, aplicando multa no valor de 300 UEFPS ao responsável, nos termos do artigo 104, incisos II e VI, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Patrícia Midori Kimura (OAB/SP nº 230.764), Ana Maria Onetto Wrege (OAB/SP nº 120.572), Laura Margoni Chicoli (OAB/SP nº 255.179) e outros.

Acórdão/BA: TC-000704/126/15 e TC-016800/026/17.

EMENTA: CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL. RECURSO ORDINÁRIO. IMPROPRIEDADE NO QUADRO DE PESSOAL COMISSIIONAMENTO. FALHAS REINCIDENTES. CONHECIDO E DESPROVIMENTO.

O Egrégio Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 06 de abril de 2022, pelo voto do Conselheiro Substituto Josué Romero, Relator, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Robson Marinho, Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo, em preliminar, conheceu do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, negou-lhe provimento, com manutenção integral da decisão de primeira instância em seus fundamentos, determinações e sanção pecuniária.

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópia, independentemente de requerimento, no cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

Sala das Sessões, 06 de abril de 2022.

Dimas Ramalho – Presidente

Josué Romero – Relator

ACORDÃO

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-002922.989.22-5.

Representante: Danilo Gaioto Machado.

Representada: Prefeitura Municipal de Louveira.

Responsável: Estanislau Steck, Prefeito.

Procurador: Régis Augusto Lourenço, OAB/SP nº 226.733.

Assunto: Representação formulada contra o Edital nº 050/2022 do Pregão Presencial nº 032/2022, Processo nº 129/2022, que objetiva a contratação de empresa para o fornecimento de software de gerenciamento para a área tributária do Município.

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. EXTENSÃO DO OBJETO. MEIOS DE ACESSO AO ORÇAMENTO ESTIMATIVO. REGIME DE EXECUÇÃO. PRECIFICAÇÃO DE ITENS. PROCEDÊNCIA.

1. Objeto do certame deve ser dividido em quantas parcelas forem técnica e economicamente viáveis, em respeito ao § 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93.

2. O regime de execução da contratação deve ser indicado expressamente no preâmbulo do instrumento.

3. O edital deve indicar os meios pelos quais os interessados podem ter acesso ao orçamento estimativo que lastreou o certame.

4. O modelo de propostas deve precificar cada serviço que faça parte do objeto.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acorda o E. Tribunal Pleno, em Sessão de 20 de abril de 2022, pelos votos do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues e Renato Martins Costa, e dos Substitutos de Conselheiro Silvana Monteiro e Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar procedente a Representação autuada no Processo TC-000292.989.22-5.

Em se tratando de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, o relatório e voto, bem como

a representação e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCPSP, na página www.tce.sp.gov.br.

Presente o Dr. Thiago Pinheiro Lima, DD. Representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO - Presidente

SAMY WURMAN - Relator

ACORDÃO DE SUBSTITUTO DE RELATOR

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

AGRAVO

Processo: TC-008795.989.22-7 (Ref: TC-008575.989.22-3)

Requerente: Pública Consultoria, Assessoria e Serviços S/S Ltda. – ME

Assunto: Pregão presencial nº 08/22, promovido pela Prefeitura Municipal de Mariópolis, objetivando a “contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de organização e aplicação das provas do Concurso Público da Prefeitura Municipal”.

Em julgamento: Agravo.

Responsável: Ricardo Mitsuo Watanabe (Prefeito)

Advogado cadastrado no e-TCPSP: Ricardo Luis Aroni (OAB/SP nº 212.872)

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. AGRAVO. PREGÃO. SERVIÇO SEM COMPLEXIDADE. PREÇO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE RENÚNCIA DE RECEITA. NÃO PROVIMENTO.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 20 de abril de 2022, pelo voto do Conselheiro-Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues e Renato Martins Costa, da Conselheiro-Substituto Silvana Monteiro e do Conselheiro-Substituto Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, em conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 20 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO
Presidente

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
Conselheiro-Substituto

PARECERES

PARECERES DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

TC-002894.989.20-1

Resultado Municipal: Monções.

Exercício: 2020.

Prefeito: Douglas Antonio Honorato.

Advogado: Fátima Aparecida dos Santos (OAB/SP nº 161.749).

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalizada por: UR-1.

Fiscalização atual: UR-1.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVAÇÃO. EXTRAPOLAÇÃO DO ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL. APLICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CONTIDA NO TC-A-007019/026/19. FALHAS RELEVADAS. PARER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS.

ITENS	RESULTADOS
Ensin	27,03%
FUNDEB	103,18%
Magistério	102,06%
Pessoal	53,58%
Saúde	27,42%
Transferências ao Legislativo	Regular
Execução Orçamentária	Deficit 4,10% = R\$ 792.889,32
Resultado Financeiro	Superávit = R\$ 1.052.649,33
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 15 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Cestari.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCPSP, na página www.tce.sp.gov

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Cesarini Castari.

Os autos estão disponíveis mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 28 de março de 2022.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE e RELATOR

TC-002889.989-20-8

Prefeitura Municipal: Mesópolis.

Exercício: 2020.

Prefeitos: Leandro Aparecido Polari e Carlos Celso Garcia. Períodos: (01-01-20 a 04-03-20, 04-04-20 a 31-12-20) e (05-03-20 a 03-04-20).

Advogados: Marcelo Corrêa Silveira (OAB/SP nº 133.472) e Márcio Corrêa Silveira (OAB/SP nº 210.221).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalização por UR-11.

Fiscalização atual: UR-11.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DESPESA DE PESSOAL. EXTRAPOLAMENTO. DECRETO DE CALAMIDADE PÚBLICA NACIONAL. SUSPENSÃO DO LIMITE E PRAZO PARA RECONDUÇÃO. DEMAIS FALHAS. RECOMENDAÇÕES. PAREREC FAVORÁVEL.

ITEMS	RESULTADOS
Enino	28,78%
FUNDEB	100%
Magistério	99,59%
Pessoal	56,10% = relevado
Saúde	20,48%
Execução Orçamentária	Deficit 0,54% = R\$ 94.262,18 = relevado
Resultado Financeiro	Superávit = R\$ 1.245.567,65
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a e. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 15 de março de 2022, por voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determina, ainda, o encaminhamento de ofício ao Comando do Corpo de Bombeiros, tendo em vista a falta de AVCB em prédios públicos municipais.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Cesarini Castari.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 28 de março de 2022.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE e RELATOR

SENTENÇAS

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópias independente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº 002/2000.

Proc.: 00006210.989-22-4.

CONCESSOR: DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA BOA BISTA - DRS XV - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0096-55). BENEFICIÁRIO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BOA VISTA (CNPJ 46.429.379/0001-50). Advogado: FILIPE DE FREITAS RAMOS PIRES (OAB/SP 298.589) / RODRIGO ANTONIO DO PRADO (OAB/SP 351.459). PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA (CNPJ 44.763.928/0001-01). PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAS DA PRATA (CNPJ 44.831.733/0001-43). PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (CNPJ 45.393.083/0001-73). INTERESSADO(A): JEANCARLO GORINCHEYEV (CPF 111.746.368-07). BENEDITO CARLOS ROCHA WESTIN (CPF 901.204.188-00). DAVID EVERSON UIP (CPF 791.037.668-53). Assunto: Prestação de Contas - Convênio - Órgãos Beneficiários: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista e outros. Exercício: 2017. INSTRUÇÃO POR: UR-19.

Pelos fundamentos expostos na sentença referida e o que mais constam nos autos, JULGO REGULAR a matéria em exame. Publique-se.

Proc.: 00011584.989-21-0.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO (CNPJ 46.523.171/0001-04). CONTRATADO(A): SUZUPAPER COMERCIO DE PAPELARIA LTDA (CNPJ 09.635.131/0001-10). INTERESSADO(A): ROGERIO LINS WANDERLEY (CPF 290.633.018-39). JOSE TOSTE BORGES (CPF 530.636.358-04). Assunto: Processo Administrativo nº 10315/2020. Edital nº 070/2020. Licitação: Pregão nº 070/2020. ARP 096/2020 22/12/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE KIT (MONTADO) DE MATERIAL ESCOLAR, conforme Lote 4 do Termo de Referência. Vigência: (período de vigência do contrato). Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00012137.989-21-6, 00008263.989-22-0.

Proc.: 00012137.989-21-6.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO (CNPJ 46.523.171/0001-04). CONTRATADO(A): SUZUPAPER COMERCIO DE PAPELARIA LTDA (CNPJ 09.635.131/0001-10). INTERESSADO(A): ROGERIO LINS WANDERLEY (CPF 290.633.018-39). JOSE TOSTE BORGES (CPF 530.636.358-04). Assunto: Registro de Preços para fornecimento de Kit (montado) da material escolar, conforme Lote 4 do Termo de Referência. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 11584.989-21-4.

Proc.: 00008263.989-22-0.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO (CNPJ 46.523.171/0001-04). CONTRATADO(A): SUZUPAPER COMERCIO DE PAPELARIA LTDA (CNPJ 09.635.131/0001-10). INTERESSADO(A): ROGERIO LINS WANDERLEY (CPF 290.633.018-39). ANTONIO CLAUDIO FLORES PITERI (CPF 143.412.408-89). Assunto: Processo administrativo 408/2021. Ata Registro de Preços 096/2020. Edital 070/2020. Ordem de Fornecimento 150/2021. Objeto: Registro de preços para fornecimento de kit (montado) de material escolar, conforme Lote 4 do Termo de Referência. Valor: R\$ 2.145.124,16. Exercício: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 11584.989-21-4.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA.

Segundo os fundamentos apresentados na íntegra da Sentença e o que mais consta nos autos, considerando a boa ordem da instrução, neste caso específico, julgo pela regularidade do pregão e da ata de registro de preços, e tomo conhecimento da execução contratual e do termo de recebimento definitivo. Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-026930.989-20-7. INTERESSADOS: Secretária de Governo - Gabinete do Secretário. Ordenador da Despesa: João Germano Böttcher Filho (Coordenador de Administração). Responsável: Luis Pinheiro de Lima (Executivo Público). Assunto: Prestação de Contas de Adiantamento – Verba de

Representação - do Período de Novembro/2020, no valor de R\$ 50.000,00. SENTENÇA: Com fundamento no artigo 5º da Lei Complementar 709/2016, Cede-se a execução da ordem do adiantamento em exame, com a consequente quitação do ordenador da despesa e liberação do responsável. Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

O processo referido ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório.

PROCESSO: 00022572.989-21-8. CONTRATANTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CGCS - SECRETARIA DA SAÚDE. ORGANIZ. SOCIAL: SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (CNPJ 61.699.567/0001-92). ADVOGADO: ANDERSON VIAR FERRARES (OAB/SP 206.326) / FABIO VIEIRA (OAB/SP 337.414). GERENCIADA: AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES DE TABOAO DA SERRA - AME TABOAO DA SERRA - SPDM (CNPJ 61.699.567/0029-93). INTERESSADOS: RONALDO RAMOS LARANJEIRA DANILLO CESAR FIORE JEAN-CARLO GORINCHEYEV EDUARDO RIBEIRO ADRIANO ASSUNTO: TERMO DE ADITAMENTO Nº 03/2021 AO CONTRATO DE GESTÃO - Realização do Projeto Especial "Conjção da Saúde - Oftalmologia", nos meses de outubro a dezembro do exercício de 2021 no Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra - AME TABOÃO DA SERRA. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-10. PROCESSO PRINCIPAL: 17549.989-20-0.

Em exame termo aditivo ao contrato de gestão firmado pela Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde - com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, tendo por finalidade a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades AME de Taboão da Serra.

A ajuste celebrado em 1/7/2021 (TC-17549.989-20-0), no valor de R\$ 70.692.000,00, para vigor por 60 meses, bem como todos os termos aditivos anteriores, foram julgados regulares por esta Corte de Contas.

O termo de aditamento de nº 3/2021, ora em análise, foi assinado em 01/11/2021, (ex. 1.9), objetivando a realização do Projeto Especial "Conjção da Saúde - Oftalmologia", nos meses de outubro a dezembro do exercício de 2021, no Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra - AME, no valor total de R\$ 52.500,00.

A presente matéria foi instruída pela 1ª Diretoria de Fiscalização, cujo laudo de ev. 23 apontou as seguintes irregularidades: não encaminhamento da memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados, em desacordo com o artigo 134, II, "c" das Instruções nº 01/2020; o termo de aditamento em exame foi celebrado em 08/11/2021 para regulamentar serviços prestados a partir de outubro de 2021, ou seja, o ajuste em exame gerou efeitos operacionais e financeiros retroativos.

As partes foram devidamente notificadas e juntaram aos autos as justificativas, onde, em suma, expõem a discriminação e decomposição dos custos do procedimento médico em adequação aos valores praticados no mercado. Alegam, ainda, que o termo de aditamento se deu em data posterior ao início das ações e atividades do mutirão, mas esta exceção foi decorrente das limitações impostas pelas restrições decorrentes da pandemia do Covid-19, e que, não resultou em prejuízos técnicos operacionais ou financeiros.

A PFE destacou providências desta Corte e opinou pela regularidade da matéria.

Eu, garantido ao Ministério Público de Contas o direito de vista dos autos, que o exerceu nos termos do Ato nº 008/2014 - PGC, publicado no D.O.E. de 08/02/2014.

E o relatório. Decido.

Os autos tratam de termo de aditamento firmado para o tratamento de relevante interesse social e saúde. O ajuste foi devidamente firmado nas bases da Lei de Regência e julgado regular pela e Segunda Câmara.

As justificativas apresentadas pelas partes do contrato, aliados ao parecer da fiscalização e manifestação da PFE permitem o julgamento regular da matéria.

Dessa forma, julgo regular o termo de aditamento e manifesto-me pela legalidade dos procedimentos determinativos das respectivas despesas.

Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

PROCESSO: 00010707.989-20-8. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÁ PAULISTA (CNPJ 65.711.954/0001-58). CONTRATADO(A): FSG CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ 22.547.280/0001-95) ADVOGADO: GUSTAVO GOES DE ASSIS (OAB/SP 318.982). INTERESSADO(A): JOSE MARCOS ALVES ASSUNTO: Edital nº 53/2019 Tomada de Preço nº 2/2019 Contrato nº 47/2019, assinado em 29/11/2019 OBJETO: Contratação de empresa para obras de construção do Centro de Lazer do Bairro do Cervo. VIGÊNCIA: 29/11/2019 a 23/11/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-11. PROCESSO PRINCIPAL: 10301.989-20-8.

PROCESSO: 00017491.989-20-8. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÁ PAULISTA (CNPJ 65.711.954/0001-58) ADVOGADO: MICHAEL VINICIUS DOMINGUES TORRES (OAB/SP 354.566). CONTRATADO(A): FSG CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ 22.547.280/0001-95). INTERESSADO(A): JOSE MARCOS ALVES ASSUNTO: 2º TERMO DE ADITAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 047/2019 - assinado em 1º de julho de 2020. FINALIDADE: o presente termo tem como objetivo dar continuidade à execução da obra objeto do contrato, visto que ela foi interrompida por fatores inerentes à vontade das partes contratantes. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-11. PROCESSO PRINCIPAL: 10301.989-20-8.

PROCESSO: 0002223.989-20-3. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÁ PAULISTA (CNPJ 65.711.954/0001-58) ADVOGADO: MICHAEL VINICIUS DOMINGUES TORRES (OAB/SP 354.566). CONTRATADO(A): FSG CONSTRUTORA EIRELI (CNPJ 22.547.280/0001-95). INTERESSADO(A): JOSE MARCOS ALVES ASSUNTO: Termo de Recebimento Definitivo, assinado em 15 de setembro de 2020 - Edital nº 53/2019 - Toma de Preços nº 2/2019 - Contrato nº 47/2019, assinado em 29 de novembro de 2019 - Objeto: construção do Centro de Lazer do Bairro do Cervo - Vigência: 29/11/2019 a 23/11/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-11. PROCESSO PRINCIPAL: 10301.989-20-8.

Em exame 2º termo aditivo de 17/7/2020 – prorrogação do prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias - bem como a execução contratual e o termo de recebimento definitivo de 15/9/2020, no âmbito do Contrato nº 47/2019, celebrado em 29/11/2019 entre a Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista e FGS Construtora Eirel - EPP - para a execução das obras de construção do Centro de Lazer do Bairro do Cervo, pelo valor de R\$ 309.715,19 e prazo de execução originalmente fixado em 90 (noventa) dias, com vigência fixada originalmente em 360 (trezentos e sessenta) dias.

A Tomada de Preços nº 2/2019, o Contrato nº 47/2019 e o 1º termo aditivo de 3/4/2020, foram julgados irregulares por sentença proferida nos pros. TC-10301.989-20-8 e TC-1509.989-20-8, publicada no DOE de 5/8/2020.

Destacou-se dos relatórios de fiscalização – ev. 16.02 do TC-17491.989-20-8; evs. 13.25, 40.09 e 70.10 do TC-10707.989-20-8; ev. 13.02 do TC-2223.989-20-3 - (a) efeitos de acessoriedade sobre o 2º termo aditivo; (b) cronograma físico-financeiro da execução com períodos divergentes do cronograma do contrato; (c) livro de ordem não mantido; (d) termo de recebimento definitivo não foi assinado por representante da

contratada; (e) ausência da implementação de controle sobre o desempenho da obra recebida com relação à garantia quinquenal definida pelo art. 618 do Código Civil; e

As partes interessadas foram regularmente notificadas em todas as oportunidades, tendo a empresa contratada constituído seu advogado nos autos.

O Ministério Público de Contas obteve a vista regimental dos autos – vide TC-17491.989-20-8, TC-10707.989-20-8 e TC-2223.989-20-3 -.

E o relatório.

Decido.

No que diz respeito ao 2º termo aditivo de 17/7/2020, ele sofre o efeito reflexo da irregularidade declarada no julgamento da Tomada de Preços nº 2/2019 e do Contrato nº 47/2019.

E que a jurisdição deste Tribunal se pacificou no sentido de que os vícios que macularam o certame licitatório e o contrato, que são a gênese da relação contratual, produzem um efeito reflexo em todos os demais atos dessa mesma relação, vez que esses atos perpetuam a ação daqueles vícios no seio da Administração ao longo do tempo.

Quanto à execução contratual, observo, de uma leitura dos autos, que certos descompasso entre o prazo de execução contratado e o efetivamente realizado decorreu de alguns atrasos no repasse de recursos do Convênio firmado pela Prefeitura com o Governo do Estado.

Considerando esse contexto, bem como o recebimento definitivo da obra pelo termo circunstanciado juntado ao processo TC-17491.989-20-8, trato os apontamentos da execução contratual e do termo de recebimento com ressalvas passíveis de recomendação.

Ante o exposto:

(i) julgo irregular o 2º termo aditivo de 17/7/2020 e determino a expedição de ofícios - ao Poder Legislativo municipal nos termos do inc. XV do art. 2º da L.C. 709/93; e – ao Poder Executivo municipal nos termos do inc. XXVII do art. 2º da L.C. 709/93;

(ii) tomo conhecimento da execução contratual e do termo de recebimento definitivo de 15/9/2020, com recomendação à Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista para que: - implemente sistema próprio para controle sobre o desempenho da obra recebida com relação à garantia quinquenal definida pelo art. 618 do Código Civil; - observe o teor do art. 1º, "b", da Lei 8.666/93 no que diz respeito à assinatura de ambos as partes em termos de recebimento definitivo de obras; e - observe o Ato Normativo CREA/SP nº 612 no que diz respeito à manutenção do livro de ordem.

Publique-se.

Aguardar-se o prazo recursal.

Com o trânsito em julgado, expeçam-se os ofícios nos termos dos arts. 2º, XV e XXVII, da L.C. 709/93, com cópias da presente sentença.

Tendo sido cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSO: TC-00001991.989-20-3 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUBA RESPONSABILIZADO: MARCO AURELIO DOS SANTOS NEVES - Prefeito à época BENEDITO CARLOS LACERDA - Secretário de Obras e Serviços Municipais CONTRATADA: VALFER CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI ADVOGADO: GILBERTO MARINHO GOUVEIA FILHO (OAB/SP 277.893) RESPONSÁVEL: ROSIMAR PEREIRA SOARES - Representante Legal OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de obras e observância de normas de segurança em obras de construção civil. EM EXAME LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/18 E CONTRATO INICIAL Nº 94/2019 ASSINADO EM: 14/05/2019; INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/09/2019 a 09/09/2020 EXERCÍCIO: 2020 VALOR INICIAL: R\$ 1.271.160,00 INSTRUÇÃO: DF-05 5ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

PROCESSO: TC-00020885.989-21-0 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUBA RESPONSABILIZADO: MARCO AURELIO DOS SANTOS NEVES - Prefeito à época BENEDITO CARLOS LACERDA - Secretário de Obras e Serviços Municipais CONTRATADA: VALFER CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI ADVOGADO: GILBERTO MARINHO GOUVEIA FILHO (OAB/SP 277.893) / (OAB/SP 352.480) RESPONSÁVEL: ROSIMAR PEREIRA SOARES - Representante Legal OBJETO: Contratação de empresa para prestação de mão de obra para varrição manual de vias públicas pavimentadas EM EXAME: 1º TERMO ADITIVO

Prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula IX do Contrato 94/2019 celebrado em 14/05/2019, por 12 meses referente ao período de 08/09/2020 a 08/09/2021; VALOR R\$ 1.271.160,00 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO: DF-07 7ª Diretoria de Fiscalização PROCESSO PRINCIPAL: 00001991.989-20-3

PROCESSO: TC-00020891.989-21-2 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUBA RESPONSABILIZADO: MARCO AURELIO DOS SANTOS NEVES - Prefeito à época BENEDITO CARLOS LACERDA - Secretário de Obras e Serviços Municipais CONTRATADA: VALFER CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI ADVOGADO: GILBERTO MARINHO GOUVEIA FILHO (OAB/SP 277.893) / (OAB/SP 352.480) RESPONSÁVEL: ROSIMAR PEREIRA SOARES - Representante Legal OBJETO: Contratação de empresa para prestação de mão de obra para varrição manual de vias públicas pavimentadas EM EXAME: 2º TERMO ADITIVO

Prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula IX do Contrato 94/2019 celebrado em 14/05/2019, por 12 meses referente ao período de 09/09/2021 a 09/09/2022; VALOR R\$ 1.271.160,00 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO: DF-07 7ª Diretoria de Fiscalização PROCESSO PRINCIPAL: 00001991.989-20-3

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULARES com ressalvas e recomendações a Licitação nº 124/2016, o Contrato nº 13/2017, e os decorrentes 1º e 2º Termos Aditivos em análise. Esta decisão não alcança eventual ato pendente de apreciação e/ou decisão por esta Corte. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00005988.989-21-6 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE TURMALINA - IPREM RESPONSÁVEL: APOSTOLADORIA EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADO: JOÃO RODRIGUES DOURADO INSTRUÇÃO: UR-11 / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL a aposentadoria em exame e determino o consequente registro nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00008456.989-22-7 ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DE ORINDIÚVA - ORINDIPREV RESPONSÁVEL: MARLI BORGES DOS SANTOS BARBOSA - DIRETORA PRESIDENTE EM EXAME: APOSTOLADORIA EXERCÍCIO: 2021 INTERESSADO: JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR - PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA: CHROME TECNOLOGIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI RESPONSÁVEL: ROBERTO KAZUO KAKUNAKA - SÓCIO-DIRETOR OBJETIVO: Aquisição de um Mamógrafo Convencional, conforme especificações do edital.

quentes registros nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00009391.989-22-5 ÓRGÃO: AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PARACATUBA - CARPARI E JUNDIAÍ - ARES PE RES-PONSÁVEIS: JAIME CÉSAR DA CRUZ - PRESIDENTE ATUAL DARIO PACHECO DE MORAIS - PRESIDENTE À ÉPOCA LUCIMARA GODOY VILAS BOAS - PRESIDENTE À ÉPOCA EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSOS PÚBLICOS 01/2018 E 02/2018 INTERESSADOS: FABIO DE MELO SOETE E CAROLINA DE ASSIS EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO: UR-3 / DSF - II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00009562.989-21-0 ÓRGÃO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO VALE DO PARANAPANEMA - AMVAPA RESPONSABILIZADO: JOSE ROBERTO SANTINONI VEIGA - PRESIDENTE PAULO ROBERTO MARTINS - EX-PRESIDENTE MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 INTERESSADOS: ADILSON FERRENTI E OUTRO EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO: UR-16 – UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA / DSF - II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00011111.989-22-4 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO RESPONSÁVEL: JOÃO DE ALTAIR DOMINGUES - PREFEITO EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO Nº 01/2018 EXERCÍCIO: 2021 INTERESSADOS: IEDA DE ARAUJO SANTANA E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-15 / DSF - I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00009894.989-22-7 ÓRGÃO: FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PONTES GENTAL - GESTALPREV RESPONSABILIZADO: GABRIEL VINICIUS FERRAZ CARACODINO BRENDO ALF DE JESUS LAZARETTE - PRESIDENTE PAULO VERNANDES EM EXAME: APOSTOLADORIA INTERESSADO: APARECIDO BENTO GENEROSO E OUTROS EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO: UR-11 / DSF - I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS as aposentadorias em exame e determino os consequentes registros nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendamos que a Origem, nos futuros atos de concessão de benefícios previdenciários, observe de modo estrito as disposições do Manual de Previdência deste Tribunal de Contas, no que tange à formalização dos processos administrativos. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00009777.989-22-9 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO - IPREM RESPONSÁVEL: CAMILA CALDUEIRO DE ALMEIDA - PRESIDENTE PENSÃO EXERCÍCIO: 2021 EX-SERVIDORES: ANTONIO MARTINS LAVAL E OUTROS BENEFICIÁRIOS: ILDA DE JESUS LAVAL E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-15 / DSF - II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos concessórios de pensão mensal em exame e determino os consequentes registros, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar